Titulo da Pesquisa

Bruno Francisco Schaden

Marianne Zwilling Stampe

2024

Abstract

Keywords: In-app purchases. Mobile applications. Price elasticity of demand. Difference-in-differences. Exogenous price changes.

JEL Classification: D12, L86, L13, L15, C23, L63

Resumo

Palavras-chave: Compras dentro do aplicativo. Aplicações Móveis. Elasticidade-preço da demanda. Diferença em diferenças. Mudanças exógenas de preços.

Classificação JEL: D12, L86, L13, L15, C23, L63

1 Contextualização do Problema e Justificativa

O presente estudo tem como objetivo analisar a existência de vieses de julgamento na população geral e como esses vieses influenciam as escolhas políticas e econômicas. A pesquisa parte da premissa de que as crenças econômicas dos eleitores são frequentemente enviesadas, resultando em decisões políticas potencialmente subótimas para o desenvolvimento econômico e social.

Além disso, é fundamental examinar a interação entre o Estado e a sociedade civil, considerando como essa dinâmica pode influenciar os vieses de julgamento. A relação entre a autoridade estatal e a capacidade de auto-organização da sociedade pode criar um ambiente que exacerba ou mitiga esses vieses. Nesse sentido, o equilíbrio entre a autoridade estatal e a liberdade individual é crucial para a formação das crenças e decisões políticas e econômicas dos cidadãos (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019).

A formação desses vieses também pode ser influenciada pelo legado histórico de regimes políticos anteriores, moldando a memória coletiva e as atitudes contemporâneas em relação ao governo e às políticas públicas (CALCAGNO et al., 2024). A compreensão das estruturas sociais e dos valores herdados é essencial para desvendar como essas influências históricas impactam as percepções e julgamentos atuais.

Ademais, as teorias econômicas e a disseminação de conhecimento econômico desempenham um papel significativo na formação das crenças dos eleitores. A complexidade do pensamento econômico e as dificuldades na transmissão acessível dessas ideias ao público geral podem resultar em interpretações enviesadas que afetam diretamente as escolhas eleitorais e políticas. Neste contexto, as ideias de Bryan Caplan sobre o irracionalismo dos eleitores destacam como as preferências sistematicamente enviesadas podem distorcer o processo democrático e as políticas públicas (CAPLAN, 2007).

Assim, este estudo não apenas investiga a presença de vieses de julgamento, mas também explora a interseção entre fatores históricos, sociais e econômicos que contribuem para a formação dessas crenças. Ao compreender essas interações complexas, podemos obter insights valiosos sobre como melhorar a educação econômica e promover decisões políticas mais informadas e eficazes, visando o progresso econômico e social.

Além disso, este trabalho contribui para o enriquecimento de uma nova área de estudo denominada "economia política comportamental". Essa área de pesquisa emergente busca integrar princípios da economia, ciência política e psicologia comportamental para entender melhor como os indivíduos tomam decisões econômicas e políticas e como esses processos podem ser influenciados por diversos fatores contextuais e cognitivos.

2 Fundamentos Teóricos e Evidências Empíricas

A análise dos fundamentos teóricos e das evidências empíricas na economia política comportamental é crucial para entender como os indivíduos tomam decisões econômicas e políticas. A economia comportamental, ao integrar conceitos da psicologia, desafia a noção tradicional de que os agentes econômicos são perfeitamente racionais e maximizadores de utilidade. Este campo de estudo examina como fatores cognitivos, emocionais e sociais influenciam as escolhas individuais e coletivas, oferecendo uma visão mais realista do comportamento humano.

Pesquisas têm demonstrado que as decisões dos eleitores e formuladores de políticas são frequentemente influenciadas por vieses cognitivos e heurísticas, que podem levar a escolhas subótimas tanto no contexto econômico quanto no político. Esses vieses são moldados por diversos fatores, incluindo experiências passadas, influências culturais e a estrutura institucional na qual os indivíduos estão inseridos (CAPLAN, 2007; CAPLAN, 2002; The Washington Post; Kaiser Family Foundation; Harvard University, 1996).

A economia política comportamental emergiu como uma área de estudo promissora que busca entender essas dinâmicas complexas. Ao combinar insights da economia comportamental e da ciência política, essa disciplina oferece ferramentas valiosas para analisar como as crenças e atitudes dos eleitores impactam o funcionamento das democracias e a implementação de políticas públicas.

2.1 O pensamento de economista

Os economistas no geral operam sob o pressuposto de que os agentes econômicos são racionais e buscam maximizar sua utilidade ou satisfação a partir das escolhas disponíveis, o famoso "Homo Economicus". Esta abordagem implica que os indivíduos tomam decisões de forma lógica e consistente, com base nas informações disponíveis e a partir de uma avaliação cuidadosa das alternativas. É crucial também destacar a importância do pensamento da racionalidade das decisões econômicas, onde se argumenta que o comportamento racional é essencial para a eficiência e a eficácia das políticas econômicas (HAUSMAN; MCPHERSON; SATZ, 2016).

A análise de custo-benefício é uma ferramenta central no pensamento dos economistas. Ela permite a avaliação das opções de decisão com base nos custos e benefícios associados, assegurando que as decisões sejam eficientes e justas (BINMORE, 2008). Os economistas utilizam essa abordagem para formular políticas que maximizem o bem-estar social, equilibrando os custos e benefícios de cada intervenção.

A informação desempenha um papel crucial nas decisões econômicas. Os economistas acreditam que decisões de alta qualidade dependem da disponibilidade e do uso eficaz da informação. Eles argumentam que a coleta, a análise e a disseminação de dados são fundamentais para o funcionamento eficiente dos mercados e das políticas públicas (FRIEDMAN, 1966). No

entanto, as limitações cognitivas dos indivíduos e a quantidade limitada de informação disponível podem levar a decisões subótimas, conforme destacado por Daniel Kahneman em sua obra sobre heurísticas e vieses (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974).

O pensamento econômico difere significativamente das percepções comuns da população. Enquanto os economistas enfatizam a racionalidade, a análise de custo-benefício e a importância da informação, a população frequentemente baseia suas decisões em heurísticas e vieses. Essas heurísticas são regras simples e intuitivas que as pessoas usam para tomar decisões rápidas e, embora úteis em muitos contextos, podem levar a erros sistemáticos (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974). A população também é influenciada por crenças infundadas e emoções, o que pode resultar em decisões que não são necessariamente racionais ou eficientes do ponto de vista econômico (THALER, 2016).

Em resumo, a abordagem de Gary Becker define o que hoje temos por regra atualmente:

Acho difil acreditar que a maioria dos eleitores seja sistematicamente enganada quanto aos efeitos de políticas como a de quotas e tarifas de importações que persistem há tempos. Prefiro supor que o eleitor tem expectativas não enviesadas, ao menos, quanto a essas políticas persistentes. Eles talvez superestimem o peso-morto de algumas medidas e subestimem o de outras, mas, em média, eles tem uma ideia correta.

(BECKER, 1976)

2.2 Economistas e os Viéses de Julgamento nos Eleitores

A democracia se fundamenta na ideia de que eleitores informados e racionais são capazes de tomar decisões que promovem o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável. Em "The Myth of the Rational Voter", Caplan argumenta que a eficácia da democracia depende criticamente da capacidade dos eleitores de avaliar políticas e candidatos de maneira objetiva e informada. Contudo, na prática, muitos eleitores sofrem de vieses de julgamento que distorcem suas percepções e decisões, resultando em escolhas que podem ser prejudiciais para a sociedade como um todo (CAPLAN, 2007).

Acemoglu e Robinson, em "The Narrow Corridor", enfatizam que o engajamento político ativo e informado da população é crucial para manter o equilíbrio entre a autoridade estatal e a liberdade individual. Eles argumentam que a capacidade da sociedade de se organizar e participar ativamente nos processos políticos é fundamental para evitar a tirania e promover políticas que refletem verdadeiramente as necessidades e interesses da população (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019).

No entanto, os vieses de julgamento nos eleitores podem comprometer esse ideal democrático. Esses vieses são frequentemente resultado de heurísticas cognitivas, que são atalhos mentais usados para simplificar a tomada de decisão, mas que podem levar a erros sistemáticos. Entre os principais vieses que afetam os eleitores estão:

- 1. Viés antimercado
- 2. Viés antiestrangeiro
- 3. Viés antitrabalho
- 4. Viés pessimista

Atualmente, o estudo da "Economia Política Comportamental"e seus vieses está sendo revitalizado. No entanto, é crucial lembrar que a história do pensamento econômico sempre foi marcada por discussões sobre esses temas e seus correlatos.

Muitos dos famosos economistas do passado, como Adam Smith e Fréderic Bastiat, eram obcecados pela moralidade e pelas crenças teimosas do povo quanto a economia, a sua insistênte resistência aos principios básicos do custo de oportunidade e a vantagem comparativa (HART, 2019; WELLS, 2013; CAPLAN, 2007).

Parece que as os economistas tem se esquecido de que a economia é uma ciência social e que as pessoas são seres humanos, com crenças e valores que muitas vezes não se alinham com a lógica econômica. Questões que hoje são levantadas como novas, já foram a tempos levantadas por economistas como Bastiat, que em sua obra "O que se vê e o que não se vê"já discutia sobre a dificuldade de se perceber os custos ocultos das políticas públicas e como elas se comportam na subjetividade (HART, 2019).

Estudar mais a fundo esses viéses presentes nos eleitores, tendo como um grande aliado a história do pensamento economico se faz mais necessário que nunca. L embrando que o problema do tema não é que os economistas não tem nada a dizer sobre o assunto, mas sim que eles tem muito a dizer porém relutam a ir em público e arriscar a sua credibilidade científica. Se fosse possível superar essa relutância teríamos muito a dizer (CAPLAN, 2007). Gustavo Franco pode elucidar essa parte como ninguém:

[...] Tenha claro, por favor, que não há problema nenhum em atacar a sabedoria estabelecida [...]. Mas não perca de vista que ir contra o senso comum é um esporte radical: há muito risco e, se você errar, vai acabar no hospital. Sempre é preciso provar o que você diz, e costuma ser difícil. [...] Muito cuidado ao atacar a sabedoria estabelecida, pois na maioria das vezes você estará errado. Lembre-se de que o conhecimento que você herda se estabeleceu do trabalho diligente de muitos como você e eu, depois de anos e anos de tentativa, erro e decantação.

(FRANCO, 2022)

Então temos em nossas mãos um cenário muito otimista apenas de revelar o que os economistas já sabem. Poucos economistas contemporâneos se preocupam com a história do pensamento econômico, e isso é um erro, deixando muitas discussões importantes ignoradas ou esquecidas (BLAUG, 2001). A história do pensamento econômico é uma disciplina que nos ajuda a entender como as ideias econômicas evoluíram ao longo do tempo e como elas

moldaram a sociedade em que vivemos. Ela nos permite ver como as ideias econômicas foram influenciadas por eventos históricos, mudanças políticas e avanços tecnológicos, e como essas ideias continuam a influenciar o pensamento econômico contemporâneo.

Porém o foco aqui são os viéses que não podem ser ignorados, explicando eles com base em no que os economistas acreditam ser o certo ao longo da história documentada e em contraste o que a população no geral acredita. Provas formais dos viéses estarão mais a frente.

2.2.1 Viés antimercado

O viés antimercado pode ser resumido na tendência de subestimar os benefícios do mercado, de seus mecanismos de mercado e superestimar os custos associados a ele (SOWELL, 2000; SOWELL, 2004; CAPLAN, 2007).

O cidadão comum tende a acreditar que o mercado é ineficiente e injusto, tende a ter séria dúvidas de até onde pode confiar e contar com empresas lucrativas para gerar produtos socialmente benéficos. Se foca somente na motivação do lucro da empresa e é deixado de lado a parte da disciplina imposta pelo mercado, que faz com que empresas que não atendem as necessidades do consumidor sejam eliminadas do mercado. Os economistas no geral admitem que, a busca incessante pelo lucro aliada as falhas e imperfeições de mercado podem gerar resultados ruins, não-economistas veem a ganância bem sucedida como algo socialmente prejudicial por si só (CAPLAN, 2007).

Shumpeter, em sua obra "Capitalismo, Socialismo e Democracia", define com perfeição esse viés:

O capitalismo é julgado por juízes que têm a sentença de morte preparada. Eles darão este veredito, não importa o que a defesa diga; a única coisa que a defesa pode fazer é provocar uma mudança na acusação. (SCHUMPETER, 1976)

Essa visão de que o lucro é simplesmente uma forma de transferência, uma exploração e que o mercado é um jogo de soma zero, onde o ganho de um é a perda de outro, é um dos principais fatores que levam os eleitores a desconfiarem das soluções de mercado e a favorecerem intervenções estatais. Vale ressaltar que "transferência" no dialéto econômico é um termo que se refere a um movimento descompromissado de riqueza de um agente para outro, sem que haja um aumento na riqueza total da sociedade. Levando isso como base, podemos concluír que as pessoas tendem a ver os lucros como um presente para os mais ricos. Portanto, a não ser que o governo intervenha limitando os lucros como questão de bom senso, a riqueza não será redistribuída de forma justa e eficiente (CAPLAN, 2007). Essa forma de pensar é exatamente o que Thomas Sowell chama de "raciocínio de estágio único", ou seja, considerar apenas as consequências imediatas e óbvias de uma medida, ignorando as consequências indiretas e menos óbvias (SOWELL, 2004).

É importante lembrar que o lucro não é uma esmola, mas sim um *quid pro quo*: o lucro é a recompensa por atender as necessidades e desejos dos consumidores de forma eficiente e inovadora. O lucro é o sinal de que uma empresa está gerando valor para a sociedade, alocando os recursos de forma eficiente, e não um mecanismo de exploração. Essa é a lição básica que Adam Smith nos ensinou em "A Riqueza das Nações": a "mão invisível"do mercado, guiada pela busca do lucro, silenciosamente convence os empresários egoístas a servir o bem comum (SMITH, 1776).

Desde o início da história registrada também temos o lucro aparecendo de forma prejudicial, como o exemplo do lucro sobre o empréstimo de dinheiro, o juros, que era considerado pecaminoso e injusto. Desde a mesopotâmia até a igreja católica medieval, por exemplo, proibindo a cobrança de juros, considerando-a uma forma de exploração e usura (AQUINO, 1274). Eugen von Böhm-Bawerk consegue elucidar essa questão de forma clara em seu clássico "Capital e Juro":

O credor geralmente é rico e o devedor, pobre, e o primeiro parece um homem odioso que suga o pouco que o pobre tem na forma de juros e que pode aumentar ainda mais sua riqueza supérflua. Não é de se surpreender, contudo, que tanto a Antiguidade quanto a Idade Média Cristã viam com maus olhos os juros. (BÖHM-BAWERK, 1890)

Para encerrar esta parte mostrando a visão dos economistas, uma pessoa que ouça ou veja economistas discutindo questões como essa, como Krugman ou Stiglitz, pode ter a impressão de que a parte benéfica do mercado ainda é controversa ou não está acertada (KRUGMAN, 2003; STIGLITZ, 2003; CAPLAN, 2007). Nesse ponto, é importante entender que os economistas não estão debatendo se os preços dão incentivos ou se há uma enorme conspiração para manter os preços altos. Eles estão simplesmente explicando como o mercado funciona. Quase todos os economistas reconhecem que o mercado é a melhor maneira de alocar recursos escassos e que a concorrência é a melhor maneira de garantir que os preços sejam justos e que os consumidores sejam protegidos; eles discordam apenas sobre o grau disso.

2.2.2 Viés antiestrangeiro

É sempre interessante começar a explicação de um tema começando com uma pergunta fundamental a ser respondida: Estrangeiros? Será que pe mesmo mutuamente benéfico comercializar com eles?

Uma frase de Alan Blinder pode começar a explicar o motivo dessa desconfiança:

Quando os empregos são escassos, o instinto de autopreservação ganha força e a tentação de culpar a concorrência estrangeira é irresistível. Não só nos Estados Unidos que a mentalidade protecionista ganhou peso. O fato de muitos economistas considerarem míope e um autoboicote o esforço de, por meio do protecionismo, salvar empregos não cabe aqui. Os legisladores estão aí para ganhar votos, não elogios de intelectuais.

(BLINDER, 1987)

Para reforçar o discurso, nada melhor que o pai da economia moderna para também citar o que naquela época já era considerado reprovável:

De que vale a prudência na conduta de todas as famílias se a escassez pode ser enganada num grande reino? Se um país estrangeiro puder nos fornecer uma mercadoria por um preço mais baixo do que o nosso, melhor comprá-la com uma parte do produto da nossa indústria, empregando de forma a termos alguma vantagem.

(SMITH, 1776)

Os economistas criticam o viés antiestrangeiro porque ele não só está errada como também essa visão entra de conflito com a economia mais elementar ensinada nos primeiros meses de graduação. Os livros mais usados, como o de Mankiw, ensinam que o comércio é mutuamente benéfico, que a especialização e a troca aumentam a produtividade e o bem-estar de todos os envolvidos. Nas palavras dele, de seus dez princípios de economia, o número cinco é:

[...] É fácil se enganar, porém, ao pensar na competição entre países. O comércio entre os Estados Unidos e a China não é como uma competição esportiva, em que um lado ganha e o outro perde. De fato, o oposto é verdadeiro: o comércio entre dois países pode ser bom para ambas as partes. (MANKIW, 2020)

A Lei das Vantagens Comparativas é o fenômeno que é descrito acima. Essa teoria, desenvolvida por David Ricardo, reforça ainda mais a importância do comércio internacional. Segundo Ricardo, mesmo que um país seja menos eficiente na produção de todos os bens em comparação a outro, ainda é vantajoso para ambos os países se especializarem na produção dos bens nos quais têm uma vantagem comparativa (ou seja, onde têm uma menor desvantagem relativa) e comercializarem entre si. Isso ocorre porque a especialização baseada nas vantagens comparativas maximiza a produção global e o bem-estar econômico (RICARDO, 1817).

Além disso, políticas protecionistas frequentemente resultam em ineficiências econômicas e redução do bem-estar. O livre comércio permite que os países aproveitem suas vantagens comparativas, promovendo a eficiência e o crescimento econômico global (BHAGWATI, 2003).

Outro exemplo de viés antiestrangeiro é a desconfiança em relação à imigração. Muitos eleitores acreditam que a imigração prejudica a economia local, aumenta a concorrência por empregos e recursos escassos e ameaça a identidade cultural. Os economistas de hoje reconhecem fácilmente os benficios da imigração. A troca de trabalho é praticamente a mesma que a troca de mercadorias. Especíalização e a troca aumentam a produção e o bem-estar de todos os envolvidos. A imigração aumenta a força de trabalho, a produtividade e a inovação, impulsionando o crescimento econômico e a prosperidade.

Em resumo, o viés antiestrangeiro leva os eleitores a desconfiarem de acordos comerciais e imigração, favorecendo políticas protecionistas e anti-imigração. No entanto, os economistas argumentam que o comércio internacional e a imigração são benéficos para a economia, promovendo a eficiência, o crescimento econômico e o bem-estar global.

Para finalizar com uma citação bem humorada, nada melhor que a de Steven Landsburg explicando que o comércio internacional é como uma tecnologia:

Há duas tecnologias para a produção de carros nos Estados Unidos. Uma delas é a manofatura em Detroit e a outra é a agricultura em Iowa. Todos conhecem a primeira; deixe-me falar da segunda. Primeira você planta as sementes, que são a matéria-prima dos carros. Você espera alguns meses até o trigo crescer. Daí você colhe o trigo, põe em navios e coloca os navios para cruzarem o Oceano Pacífico. Depois de alguns meses, os navios aparecem com Toyotas dentro deles.

(LANDSBURG, 2012)

2.2.3 Viés antitrabalho

Deveríamos desejar, claro, que cada hectare de terra produza pouco trigo e cada grão de trigo gere pouco sustento - em outras palavras, que nossas terras sejam estéreis. [...] Pode-se até dizer que as oportunidades de trabalho deveriam ser diretamente proporcionais a essa esterelidade. [...] O que deveríamos desejar ainda mais é que a inteligência humana seja debilitada ou extinta, já que, enquanto sobreviver, ela se põe a aumentar a proporção entre fins e meios e entre produção e esforço.

(BASTIAT; ROBERT, 1859)

Por que parece que esse trecho de texto incomoda tanto? Esse trecho foi retirado do livro "Sofismas Econômicos" de Bastiat, o livro é uma coletânea de ensaios nos quais Bastiat critica e desmonta diversos sofismas econômicos, ou seja, argumentos falaciosos que, embora aparentemente lógicos, levam a conclusões incorretas ou enganosas sobre economia.

O público geralmente acredita que é melhor gastor do que economizar trabalho. Essa visão de que o trabalho é uma virtude em si mesma, independentemente de sua produtividade ou eficiência, é um dos principais fatores que levam os eleitores a resistirem às mudanças tecnológicas e inovações. A visão de produção de mais bens consumidos em menos horas ser vista não como um como um progresso e sim como um perigo, é o cerne do viés antitrabalho, a tendência de subestimar os benefícios econômicos de conservar o trabalho (CAPLAN, 2007).

A população no geral observa a destruição de empregos pela tecnologia como algo terrível e os economistas em contraste veem a essência do crescimento econômico - a produção de mais com menos (CHASE, 1999; KRUGMAN, 2015; DAVIS; HALTIWANGER; SCHUH, 1996; WORSWICK, 1986; BASTIAT, 1995). Alan Blinder explica:

Se você fizer a pergunta diretamente, "Uma maior produtividade é melhor do que uma menor produtividade?", poucas pessoas responderão negativamente. No entanto, mudanças nas políticas frequentemente são vendidas como formas de "criar empregos". Existem duas maneiras de criar empregos. A forma socialmente benéfica é aumentar o PIB, para que haja mais trabalho útil a ser feito. Mas também podemos criar empregos garantindo que cada trabalhador seja menos produtivo. Assim, será necessário mais trabalho para produzir a mesma quantidade de bens. Essa última forma de criação de empregos realmente aumenta o emprego; mas é o caminho para a pobreza, não para a riqueza. (BLINDER, 1987)

Onde está a falha nesse pensamento? A falha está em não perceber que o trabalho é um meio, não um fim em si mesmo. O objetivo da economia é maximizar a produção e o bem-estar, não o esforço e a atividade. A inovação e a automação são essenciais para aumentar a produtividade, reduzir os custos e melhorar a qualidade de vida. A resistência às mudanças tecnológicas e inovações pode resultar em ineficiências econômicas e perda de oportunidades de crescimento.

Para o indivíduo prosperar, ele precisa apenas de seu emprego. No entando para a sociedade prosperar, ela precisa de indíviduos fazendo seus trabalhos, inovação e produtividade. A inovação e a produtividade são os motores do crescimento econômico e do progresso social.

Porém essa guerra travada não é atual, a séculos os economistas já diagnosticaram a sociedade com esse problema. Bastiat havia relatado isso em sua época e dizia que esse pensamento era um "sisifismo"e, referência ao mito grego de Sísifo. Ele explicava:

O esforço em si constitui e mede a riqueza. Progredir é aumentar a relação entre esforço e resultado. Seu ideal pode ser representado pelo trabalho de Sísifo, ao mesmo tempo estéril e eterno.

A riqueza aumenta proporcionalmente ao aumento da relação entre resultado e esforço. A perfeição absoluta, cujo arquétipo é Deus, consiste na maior distância possível entre esses dois termos, ou seja, uma situação em que nenhum esforço produz resultados infinitos.

(BASTIAT; ROBERT, 1859)

O bom senso diz as maquinas e tecnologias facilitam a vida do ser humano, porém o público diz o contrário chamando de ingenuidade, observando que a tecnologia destrói empregos. Será que essa segunda visão é realmente a correta e não temos realmente um progresso?

Em 1800, era necessário que quase 95 de cada 100 americanos trabalhassem na agricultura para alimentar o país. Em 1900, esse número caiu para 40. Hoje, são apenas 3. Os trabalhadores que não são mais necessários nas fazendas foram redirecionados para a produção de novas casas, móveis, roupas, computadores, produtos farmacêuticos, eletrodomésticos, assistência médica, filmes, aconselhamento financeiro, videogames, refeições gourmet e uma variedade quase vertiginosa de outros bens e serviços. O que temos em lugar das longas horas nos campos é a riqueza de bens e serviços que surgem ao permitir que o dinamismo econômico opere, onde e quando for necessário. (CHASE, 1999)

Podemos ver com base na citação que a economia se renova com uma turbulência interminável, transferindo recursos para onde eles são necessários, substituindo funções antigas por novas.

Esses tipos de argumentos parecem muito duros para o público no geral e provavelmente é por isso que são tão impopulares. Preferem se sentir solidários que pensar racionalmente. Esse sentimento no lugar da racionalidade é o que caracteriza os viéses em sí.

2.2.4 Viés pessimista

O público acredita que as condições econômicas não são tão boas quanto realmente são. Esse viés pessimista leva os eleitores a terem uma visão negativa sobre a economia, mesmo em tempos de crescimento. Eles veem o mundo de mal a pior, acreditando que a economia está em declínio, que a desigualdade está aumentando e que o futuro é sombrio, sem muito espaço para a esperânça. Esse pensamento é o chamado viés pessimista, a tendência de subestimar o progresso econômico e social e superestimar os problemas e desafios do passado recente, atual e futuro (CAPLAN, 2007).

Smith ridicularizava essa visão pessimista em sua obra "A Riqueza das Nações" dizendo que "há um bocado de ruína em uma nação" (SMITH, 1776). As economias de porte podem progredir, e geralmente o fazem, a pesar de seus desafios e intermináveis obstaculos. A história econômica é uma história de progresso, inovação e crescimento. No entanto, o viés pessimista leva os eleitores a subestimarem esses avanços e a se concentrarem nos problemas e desafios que ainda persistem, ficando com um pensamento que se resume sempre a estagnação versus declínio (CAPLAN, 2007).

Um sinal clássico dessa retórica pode ser vista em varios lugares. Arthur Herman escreve que "Praticamente todas as culturas do passado ou presentes acreditam não ser dignas de seus antepassados" (HERMAN, 1997). Arthur Lovejoy e George Boas também expressam que essa visão é quase universal:

Não é uma conjectura improvável que o sentimento de que a humanidade estava se tornando excessivamente civilizada, que a vida estava ficando muito complicada e refinada demais, data da época em que os homens das cavernas se tornaram tal. Não é difícil supor — se os homens das cavernas eram minimamente parecidos com seus descendentes — que entre eles não havia quem discursasse com desprezo sobre a covarde efeminação de viver sob abrigo ou sobre o exasperante inconveniente de constantemente retornar para comer e dormir no mesmo lugar, em vez de serem livres para vagar em amplos espaços abertos.

(LOVEJOY; BOAS, 1965)

Apesar de não ser tão comum economistas analisarem esse sentimento pessimista, ele é muito presente na sociedade intelectual através dos séculos. David Hume, por exemplo, em sua obra "Ensaios Morais e Políticos"já discutia sobre a tendência de se ver o passado com uma visão mais positiva do que o presente e o futuro, e que isso era um erro. Ele dizia:

O humor de culpar o presente e admirar o passado está fortemente enraizado na natureza humana e exerce influência até mesmo sobre pessoas dotadas do julgamento mais profundo e do aprendizado mais extenso.

Quando os terrores reais estão ausentes, a alma, ativa em seu próprio prejuízo e alimentando sua inclinação predominante, encontra terrores imaginários, aos quais não impõe limites de poder e malevolência. (HUME, 1875)

Como Hume cite, até mesmo "pessoas com um julgamento mais profundo e um aprendizado mais extenso"são afetadas por esse viés pessimista. No mundo dos grandes pensadores de economia temos exemplos de pessoas que não conseguem escapar desse viés.

Karl Marx dizia:

O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, elimina os próprios alicerces sobre os quais a burguesia produz e se apropria de produtos. O que a burguesia, portanto, produz, acima de tudo, são os seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX, 1988)

Shumpeter também não escapava desse viés, ele dizia:

O capitalismo pode sobreviver? Não. Não creio que possa... não é da tese de que não pode viver por causa da sua ineficiência econômica... mas é por causa do seu próprio sucesso, que levará à sua queda. (SCHUMPETER, 1976)

Como esse grandes níveis de pessimismo podem coexistir com o progresso econômico e social que temos visto ao longo da história? Gregg Easterbrook ridiculariza a incapacidade dos cidadãos do mundo desenvolvido de apreciarem sua condição afortunada. Em seu livro "Progress Paradox"ele diz:

Nossos antepassados, que trabalharam e se sacrificaram incansavelmente na esperança de que seus descendentes um dia fossem livres, confortáveis, saudáveis e educados, ficariam desanimados ao observar como negamos amargamente que agora somos todas essas coisas.

(EASTERBROOK, 2004)

Matt Ridley oferece uma visão contrastante ao viés pessimista ao argumentar que o progresso econômico e social é inevitável devido à combinação da inovação e da troca de ideias. Ridley destaca que, ao longo da história, a humanidade tem conseguido superar desafios e melhorar suas condições de vida através da colaboração e do comércio. Ele observa:

O mundo está melhorando, não piorando. A vida humana ficou mais longa, mais saudável, mais livre, mais sábia, mais informada e mais pacífica em apenas meio século. As coisas têm melhorado em todas as regiões do mundo. (RIDLEY, 2010)

Ridley enfatiza que a inovação tecnológica e a globalização têm desempenhado papéis cruciais na melhoria das condições de vida globais, contrariando o pessimismo comum. Ele argumenta que a natureza colaborativa do ser humano é a principal força motriz por trás do progresso contínuo e que, embora existam problemas e desafios, a tendência geral é de avanço e crescimento:

A inovação, ao contrário do que muitos pensam, não está se esgotando. Pelo contrário, está se acelerando, alimentada pela troca de ideias e pela colaboração global.

(RIDLEY, 2010)

Dessa forma, Ridley sugere que a tendência humana de focar nos aspectos negativos e ignorar o progresso é um erro que pode ser corrigido através de uma perspectiva mais equilibrada e informada sobre a história e o desenvolvimento humano.

Finalizando a parte dos viéses, podemos ver que os economistas tem uma relação de amor e ódio com os viéses. Os viéses antimercado, antiestrangeiro, antitrabalho e pessimista são os mais evidentes e provavelmente existem muitos outros a serem descobertos. Na verdade muitos alunos de graduação em economia chegam nas aulas com eles. Os alunão não são uma tabula rasa para seus professores, eles já tem uma visão de mundo e muitas vezes essa visão é distorcida. O que os economistas podem fazer é tentar corrigir esses viéses, mostrando que o mercado é benéfico, que o comércio é mutuamente benéfico, que a inovação e a produtividade são essenciais para o crescimento econômico e que o progresso é inevitável. No entanto, como Gustavo Franco disse, é um esporte radical ir contra o senso comum, e se você errar, vai acabar no hospital. Sempre é preciso provar o que você diz, e costuma ser difícil.

- 2.2.5 A influência dos vieses e a armadilha das ideias
- 2.3 Influência da Memória de Regime

3 Abordagens Metodológicas

A metodologia da pesquisa será dividida em duas partes principais: a análise dos trabalhos que abordam os viéses de julgamento dos eleitores e a investigação sobre a influência da memória de regime.

- 3.1 Análise dos Trabalhos sobre Viéses de Julgamento
- 3.1.1 Estados Unidos da América
- 3.1.2 Portugal
- 3.1.3 Brasil
- 3.2 Investigação sobre a Influência da Memória de Regime
- 4 Interpretação dos Resultados e Implicações
- 5 Conclusão

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *The Narrow Corridor: States, Societies, and the Fate of Liberty*. Penguin Publishing Group, 2019. ISBN 9780735224391. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=IHuDDwAAQBAJ.

AQUINO, S. Tomás de. *Summa Theologica*, *Segunda Secundae Partis*, *Questão 78*. [S.l.: s.n.], 1274. Trata diretamente da usura e da moralidade dos empréstimos com juros.

BASTIAT, F. *Selected Essays on Political Economy*. Irvington-on-Hudson, NY: The Foundation for Economic Education, 1995. Originally published in 1848.

BASTIAT, F.; ROBERT, R. *Sofismas economicos*. Imprenta de Manuel Galiano, 1859. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=cXlvi5F_oA8C.

BECKER, G. Toward a more general theory of regulation. *The Journal of Law and Economics*, University of Chicago Press, Booth School of Business, University of Chicago, University of Chicago Law School, v. 19, n. 2, p. 245–248, 1976. ISSN 00222186, 15375285. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/725165.

BHAGWATI, J. *Free Trade Today*. Princeton University Press, 2003. (Princeton paperbacks: Economics). ISBN 9780691117300. Disponível em: <a href="https://books.google.com.br/books?id="https://books.google.com.br/books.goog

BINMORE, K. *Rational Decisions*. Princeton University Press, 2008. (The Gorman Lectures in Economics). ISBN 9781400833092. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=q6JYiaKTtu4C.

BLAUG, M. No history of ideas, please, we're economists. *Journal of Economic Perspectives*, v. 15, n. 1, p. 145–164, March 2001. Disponível em: https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.15.1.145.

BLINDER, A. *Hard Heads, Soft Hearts: Tough-minded Economics For A Just Society*. Basic Books, 1987. ISBN 9780201145199. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=jClHAAAAMAAJ.

BÖHM-BAWERK, E. von. *Capital and Interest: A Critical History of Economic Theory*. London: Macmillan and Co., 1890. Disponível em: https://oll.libertyfund.org/titles/smart-capital-and-interest-a-critical-history-of-economic-theory.

CALCAGNO, P.; MALDONADO, B.; NESBIT, T.; ZEAGER, M. F. Political systems, regime memory, and economic freedom. *Contemporary Economic Policy*, v. 42, n. 2, p. 336–354, 2024. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/coep.12635.

CAPLAN, B. Systematically Biased Beliefs about Economics: Robust Evidence of Judgemental Anomalies from the Survey of Americans and Economists on the Economy. *The Economic Journal*, v. 112, n. 479, p. 433–458, 04 2002. ISSN 0013-0133. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-0297.00041.

CAPLAN, B. *The Myth of the Rational Voter: Why Democracies Choose Bad Policies - New Edition*. Rev - revised. Princeton University Press, 2007. ISBN 9780691138732. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/j.ctvcm4gf2.

CHASE, E. Myths of rich and poor: Why we're better off than we think by w. michael cox and richard alm. *Challenge*, v. 42, n. 4, p. 118–121, 1999. Disponível em: https://EconPapers.repec.org/RePEc:mes:challe:v:42:y:1999:i:4:p:118-121.

DAVIS, S.; HALTIWANGER, J.; SCHUH, S. *Job Creation and Destruction*. MIT Press, 1996. (Job Creation and Destruction). ISBN 9780262540933. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=qOmNBm5_MxIC.

EASTERBROOK, G. *The Progress Paradox: How Life Gets Better While People Feel Worse*. Random House Publishing Group, 2004. ISBN 9780812973037. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=1btauGdERekC.

FRANCO, G. *Cartas a um jovem economista*. GMT, 2022. ISBN 9786555644692. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=k1-CEAAAQBAJ.

FRIEDMAN, M. *Essays in Positive Economics*. University of Chicago Press, 1966. (University of Chicago Press Economics Books, 9780226264035). ISBN ARRAY(0x4be4f6a8). Disponível em: https://ideas.repec.org/b/ucp/bkecon/9780226264035. html>.

HART, D. M. Reassessing bastiat's economic harmonies after 160 years. *Online Library of Liberty*, 2019. Disponível em: https://oll.libertyfund.org/pages/lm-bastiat-essays.

HAUSMAN, D.; MCPHERSON, M.; SATZ, D. *Economic Analysis, Moral Philosophy, and Public Policy*. 3. ed. [S.l.]: Cambridge University Press, 2016.

HERMAN, A. *The Idea of Decline in Western History*. Free Press, 1997. ISBN 9780684827919. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=OrfhVYcRRrIC.

HUME, D. Essays, Moral, Political, and Literary. Indianapolis: Liberty Press, 1875.

KRUGMAN, P. *The Great Unraveling: Losing Our Way in the New Century*. W.W. Norton, 2003. (Business book summary). ISBN 9780393058505. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=2qyJpnOrveIC.

KRUGMAN, P. *The Accidental Theorist: And Other Dispatches from the Dismal Science*. Penguin Books Limited, 2015. ISBN 9780141982717. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=UeAeCgAAQBAJ.

LANDSBURG, S. *The Armchair Economist: Economics and Everyday Life*. Free Press, 2012. ISBN 9781451651737. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=qTBgMMxeJ5IC.

LOVEJOY, A. O.; BOAS, G. *Primitivism and Related Ideas in Antiquity*. [S.1.]: Johns Hopkins Press, 1965. 7 p. In Lovejoy and Boas's historical survey, it is striking that the reasons for pessimism have varied much more than pessimism itself. While modern pessimists insist that material prosperity is slipping through our fingers, most of the pessimists of antiquity focused not on the impermanence of riches, but its negative effect on virtue and community.

MANKIW, N. G. *Introdução à economia*. 8. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2020. ISBN 9788522127924.

MARX, K. *The Communist Manifesto*. Pocket Books, 1988. ISBN 9780671678814. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=f0SwvZCh2W8C.

RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. John Murray, 1817. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=cUBKAAAAYAAJ.

RIDLEY, M. *The Rational Optimist: How Prosperity Evolves*. HarperCollins, 2010. ISBN 9780062025371. Disponível em: ">https://books.google.com.br/books.google.com.br/books.google.com.br/books.google.com.google.c

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Routledge, 1976. ISBN 9780415107624. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6eM6YrMj46sC.

SMITH, A. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Strahan, 1776. (An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations, v. 1). ISBN 9781537480787. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=C5dNAAAAcAAJ.

SOWELL, T. *Basic Economics: A Citizen's Guide to the Economy*. Basic Books, 2000. ISBN 9780465081387. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=L9g-3num2KIC.

SOWELL, T. *Applied Economics: Thinking Beyond Stage One*. Basic Books, 2004. ISBN 9780465081431. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=2JqpPY5zXtMC.

STIGLITZ, J. *The Roaring Nineties: A New History of the World's Most Prosperous Decade*. W. W. Norton & Company, 2003. (Business book summary). ISBN 9780393058529. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=mm6A32m53PsC.

THALER, R. *Misbehaving: The Making of Behavioural Economics*. Penguin Books, 2016. (An Allan Lane book). ISBN 9780241951224. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=9itrjgEACAAJ.

The Washington Post; Kaiser Family Foundation; Harvard University. *Survey of Americans and Economists on the Economy*. 1996. https://www.kff.org/other/poll-finding/survey-of-americans-and-economists-on-the/. Accessed: 2024-07-06.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974. Disponível em: https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.185.4157.1124.

WELLS, T. Adam smith on morality and self-interest. In: _____. *Handbook of the Philosophical Foundations of Business Ethics*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2013. p. 281–296. ISBN 978-94-007-1494-6. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-007-1494-6_26>.

WORSWICK, D. The 1985 BBC Reith Lectures: Innocence and Design: The Influence of Economic Ideas on Policy. *The Economic Journal*, v. 96, n. 383, p. 836–838, 09 1986. ISSN 0013-0133. Disponível em: https://doi.org/10.2307/2233008>.